

1	85653721	Convênio de Cooperação Financeira (IEMA conveniente)	Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA	Promover a ininterrupta operação e manutenção da Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar – RAMQAR da Grande Vitória/ES	74.601,68	07/09/2019	06/09/2020
E. TERMO DE ADESÃO À ACORDO DE COOPERAÇÃO							
1	87114321	Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação nº 001/2018	SEGER	Aderir ao Acordo de Cooperação do Programa Trainee.	-	01/10/2019	De acordo com o Termo de Cooperação
TERMO DE COOPERAÇÃO							
1	87311828	Termo de Cooperação nº. 001/2019	IOPES	Descentralização de Crédito Orçamentário para contratação de empresa para renovação e manutenção de rotação, localizada na sede do E.M. – Município de Cariacica	110.000,00	10/10/2019	31/01/2020
2	87114321	Termo de Cooperação nº. 002/2019	FAPES	Descentralização de Crédito Orçamentário para Promover o desenvolvimento e a capacitação na gestão pública por meio da pesquisa e inovação em políticas públicas, com seleção, treinamento, alocação e gestão de bolsistas para atuação em inovação no Governo, observando os termos do Acordo de Cooperação nº 001/2018/SEGER/FAPES/VETOR BRASIL, parte integrante deste instrumento independente de transcrição.	96.000,00	10/10/2019	10/10/2020
PROTOCOLO DE INTENÇÕES							

1	87045532	Protocolo de Intenções nº 001/2019	CETESB	Estabelecer a intenção dos Partícipes em realizar ações conjuntas relacionadas ao controle de emissões atmosféricas, visando verificar o cumprimento das metas constantes no Plano de Metas de Redução de Emissão do Complexo Industrial de Tubarão por parte das empresas, e a cooperação nas áreas de conhecimento dos Partícipes, promovendo o intercâmbio de informação técnica e científica e o aperfeiçoamento profissional.	-	24/08/2019	24/08/2020
---	----------	------------------------------------	--------	--	---	------------	------------

Fonte: IEMA/DAF/COCP.

ADITIVOS CELEBRADOS

Tabela 19. Termos aditivos celebrados no ano de 2019.

	Processo	Aditivo	Instituição	Objeto (Aditivo)	Valor (R\$)	Vigência (Aditivo)	
1	63301504	Termo Aditivo nº 04 - Acordo de Cooperação Técnica nº 066/2013	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Espírito Santo – SEBRAE-ES	Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses.	-	30/05/2019	30/05/2020
2	53445040	Termo Aditivo nº 05 - Convênio nº 001/2011	VALE S.A	Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, inclusão da Cláusula Décima Quarta e reprogramação do plano de trabalho	-	12/07/2019	12/07/2020
3	53445040	Termo Aditivo nº 04 - Convênio nº 002/2011	PEIU	Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses e reprogramação do plano de trabalho	-	12/07/2019	12/07/2020

4	53445040	Termo Aditivo nº 05 - Convênio nº 004/2011	Arcelor Mittal - Uni. Industrial	Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, inclusão da Cláusula Décima Quarta e reprogramação do plano de trabalho	-	12/07/2019	12/07/2020
5	53445040	Termo Aditivo nº 05 - Convênio nº 0051/2011	Arcelor Mittal - Uni.Portuária	Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, inclusão da Cláusula Décima Quarta e reprogramação do plano de trabalho	-	12/07/2019	12/07/2020
6	53445040	Termo Aditivo nº 04 - Convênio nº 007/2011	TVV	Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses e reprogramação do plano de trabalho	-	12/07/2019	12/07/2020
7	53445040	Termo Aditivo nº 05 - Convênio nº 008/2011	Arcelor Mittal - Sol Coqueria	Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, inclusão da Cláusula Décima Quarta e reprogramação do plano de trabalho	-	12/07/2019	12/07/2020
8	83363904	Aditivo 001 - Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Orçamentário nº. 003/2018	ESESP	Prorrogação do prazo de vigência, acréscimo no valor, e reprogramação do Plano de Trabalho	9.765,00	23/08/2019	30/05/2020
9	83345736	Aditivo 001 - Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Orçamentário nº. 004/2018	ESESP	Prorrogação do prazo de vigência, decréscimo no valor, e reprogramação do Plano de Trabalho	53.970,00	27/09/2019	30/06/2020
10	80333672	Aditivo 002 - Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Orçamentário nº. 001/2018	FAPES	Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Cooperação N° 001/2018, e reprogramação do Plano de Trabalho	-	27/06/2019	30/12/2019
11	87311828	Apostilamento 001 - Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Orçamentário nº. 001/2019	DER-ES	Alteração dos dados no preâmbulo, devido à transferência do EXECUTANTE, passando a ser DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – DER-ES, Unidade Gestora: 35.0201	-	30/11/2019	31/01/2020

E. TERMO DE ADESÃO À ACORDO DE COOPERAÇÃO

1	87114321	Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação nº 001/2018	SEGER	Aderir ao Acordo de Cooperação do Programa Trainee.	-	01/10/2019	De acordo com o Termo de Cooperação
TERMO DE COOPERAÇÃO							
1	87311828	Termo de Cooperação nº. 001/2019	IOPEs	Descentralização de Crédito Orçamentário para contratação de empresa para remoção e/ou contenção de rocha, localizada na sede do IEMA – Município de Cariacica	110.000,00	10/10/2019	31/01/2020
2	87114321	Termo de Cooperação nº. 002/2019	FAPES	Descentralização de Crédito Orçamentário para Promover o desenvolvimento e a capacitação na gestão pública por meio da pesquisa e inovação em políticas públicas, com seleção, treinamento, alocação e gestão de bolsistas para atuação em inovação no Governo, observando os termos do Acordo de Cooperação nº 001/2018/SEGER/FAPES/VETOR BRASIL, parte integrante deste instrumento independente de transcrição.	96.000,00	10/10/2019	10/10/2020
PROTOCOLO DE INTENÇÕES							
1	87045532	Protocolo de Intenções nº 001/2019	CETESB	Estabelecer a intenção dos Partícipes em realizar ações conjuntas relacionadas ao controle de emissões atmosféricas, visando verificar o cumprimento das metas constantes no Plano de Metas de Redução de Emissão do Complexo Industrial de Tubarão por parte das empresas, e a cooperação nas áreas de conhecimento dos Partícipes, promovendo o intercâmbio de informação técnica e científica e o aperfeiçoamento profissional.	-	24/08/2019	24/08/2020

Fonte: IEMA/DAF/COCP.

RESUMO DAS PARCERIAS CELEBRADAS

Tabela 20 – Resumo dos instrumentos contratuais celebrados

Modalidade contratual	2019
Acordo de Cooperação	3
Contrato de Doação	1
Convênio de Delegação de Competência	2
Convênio de Recebimento de Recurso	1
Termo de Adesão à Acordo de Cooperação	1
Termo de Cooperação	2
Protocolo de Intenções	1
Termos Aditivos	11
Total	22

Fonte: IEMA/DAF/COCP.

PARCERIAS VIGENTES

Tabela 21. Parcerias vigentes no ano de 2019 elencadas por tipo.

	Processo	PARCERIA Nº	INSTITUIÇÃO	OBJETO	VALOR (R\$)	Vigência	
TERMO DE FOMENTO							
1	74752162	001/2017	Associação Vilavelhense De Proteção Ambiental – AVIDEPA	Monitoramento dos sítios reprodutivos das aves marinhas nas ilhas costeiras do Espírito Santo e/ou no Arquipélago dos Abrolhos e manutenção de estoque de mudas nativas do Núcleo de Difusão da Mata Atlântica - Unidade Litoral, por meio da aquisição dos materiais e contratação dos serviços necessários à operacionalização das atividades da AVIDEPA, que visam a contribuir com a conservação das aves marinhas.	150.000,00	10/08/2017	02/03/2019

2	83580557	001/2018	Mosteiro Zen Morro da Vargem - MZMV	Manutenção e fortalecimento da ARIE Morro da Vargem, com aquisição de equipamentos para manutenção das áreas de visitação.	22.000,00	27/12/2018	31/12/2019
CONVÊNIO DE REPASSE DE RECURSO							
1	79165907	019/2018	Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS	Absorção de mão de obra dos presos em cumprimento de pena em regime semiaberto no sistema Penitenciário Capixaba, para o desenvolvimento das atividades laborativas descritas no Plano de Trabalho.	13.243,20	05/04/2018	04/04/2020
CONVÊNIO DE RECEBIMENTO DE RECURSO							
1	53445040	001/2011	Empresa VALE SA	Convênio de Cooperação com a finalidade de promover a ininterrupta operação e manutenção da Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar – RAMQAR da Grande Vitória/ES	2.501.784,28	13/07/2011	12/07/2020
2	53445040	002/2011	Empresa PIEU	Convênio de Cooperação Financeira com a finalidade de promover a ininterrupta operação e manutenção da Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar – RAMQAR da Grande Vitória/ES	50.289,16	13/07/2011	12/07/2020
3	53445040	004/2011	Empresa ArcelorMittal Tubarão unidade Industrial	Convênio de Cooperação Financeira com a finalidade de promover a ininterrupta operação e manutenção da Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar – RAMQAR da Grande Vitória/ES	2.251.700,18	13/07/2011	12/07/2020
4	53445040	005/2011	Empresa ArcelorMittal Tubarão Comercial	Convênio de Cooperação Financeira firmado com a finalidade de promover a ininterrupta operação e manutenção da Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar – RAMQAR da Grande Vitória/ES	263.928,03	13/07/2011	12/07/2020
5	53445040	007/2011	Empresa Terminal de Vila Velha - TVV	Convênio de Cooperação Financeira firmado com a finalidade de promover a ininterrupta operação e manutenção da Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar – RAMQAR da Grande Vitória/ES	155.849,78	13/07/2011	12/07/2020
6	53445040	008/2011	Empresa Sol Coqueria SA	Convênio de Cooperação Financeira firmado com a finalidade de promover a ininterrupta operação e manutenção da Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar – RAMQAR da Grande Vitória/ES	411.001,47	13/07/2011	12/07/2020
TERMO DE COOPERAÇÃO - DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO							

1	62056212	001/2013	Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo FAPES	Descentralização de crédito orçamentário do IEMA ao Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia - FUNCITEC, gerido pela FAPES, para o desenvolvimento de pesquisa aplicada a Política de Gerenciamento Costeiro Integrado, por meio de Edital de seleção de projetos a serem desenvolvidos por equipes multidisciplinares e interinstitucionais, para gerar uma base de dados e propor ações específicas e integradas para o gerenciamento costeiro, a conservação da biodiversidade marinha e a recuperação dos estoques pesqueiros, considerando as principais estratégias de zoneamento marinho e identificação de áreas prioritárias à criação de novas áreas protegidas na zona costeira do Estado do Espírito Santo.	1.400.000,00	23/10/2013	22/10/2019
2	76930343	001/2017	Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo - FAPES	Realização do Projeto “Aspectos Ecológicos do Surto da Febre Amarela Silvestre no Espírito Santo”, visando investigar aspectos biológicos e ambientais relacionados à febre amarela silvestre na Mata Atlântica de diversos Município do Espírito Santo, especialmente dispersão da doença na paisagem e sua relação com a morte de primatas e infecção de mosquitos.	182.270,00	24/02/2017	31/01/2019
3	76744833	004/2017	Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo - FAPES	Apoio ao “Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração – PELD”, por meio dos projetos: “PELD Abrolhos: monitoramento do maior complexo coralíneo do atlântico sul, entre o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo”.	200.000,00	04/12/2017	31/12/2021
4	80333672	001/2018	Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo - FAPES	Execução do projeto “Revisão da lista de espécies ameaçadas de extinção do Espírito Santo”	460.229,00	25/01/2018	30/12/2019
5	83363904	003/2018	Escola de Serviço Público do Espírito Santo - ESESP	Capacitação de servidores do IEMA em diversas áreas, para o desenvolvimento de competências administrativas, comportamentais e técnicas	75.784,50	01/11/2018	30/05/2020
6	83345736	004/2018	Escola de Serviço Público do Espírito Santo - ESESP	Capacitação de servidores das Secretarias Municipais de Meio Ambiente dos Municípios do Estado do	105.630,80	05/11/2018	30/06/2020

				Espírito Santo na área de gestão e licenciamento ambiental.			
7	87311828	001/2019	Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo - IOPEs	Contratação de empresa para remoção e/ou contenção de rocha, localizada na sede do IEMA – Município de Cariacica	110.000,00	10/10/2019	31/01/2020
8	87114321	002/2019	Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo - FAPES	Promover o desenvolvimento e a capacitação na gestão pública por meio da pesquisa e inovação em políticas públicas, com seleção, treinamento, alocação e gestão de bolsistas para atuação em inovação no Governo, observando os termos do Acordo de Cooperação nº 001/2018/SEGER/FAPES/VETOR BRASIL	96.000,00	10/10/2019	10/10/2020
TERMO DE COOPERAÇÃO - DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO (IEMA COMO INTERVENIENTE)							
1	76471101	001/2018	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES	Desenvolvimento do Projeto “determinação dos períodos reprodutivos e análise populacional do caranguejo uçá (<i>ucides cordatus</i>) nos manguezais de Vitória e Anchieta no Espírito Santo”.	219.000,00	13/03/2018	31/10/2021
CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA							
1	59677538	002/2012	Município de Guarapari	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	27/11/2012	indeterminado
2	59846992	004/2012	Município de Muniz Freire	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	27/10/2012	indeterminado
3	59846747	005/2012	Município de Viana	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	31/10/2012	indeterminado

4	59813342	006/2012	Município de Anchieta	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	01/11/2012	indeterminado
5	59813300	008/2012	Município de Vargem Alta	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	20/12/2012	indeterminado
6	59813130	009/2012	Município de Aracruz	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	20/12/2012	indeterminado
7	59813091	010/2012	Município de Santa Tereza	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	27/12/2012	indeterminado
8	60134836	001/2013	Município de Colatina	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	27/03/2013	indeterminado
9	60604590	002/2013	Município de Venda Nova do Imigrante	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	28/02/2013	indeterminado
10	59669756	003/2013	Município de Vila Velha	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	19/06/2013	indeterminado

11	59812966	004/2013	Município de Montanha	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	21/03/2013	indeterminado
12	61513857	005/2013	Município de Domingos Martins	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	24/04/2013	indeterminado
13	60589949	006/2013	Município de Cachoeiro de Itapemirim	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	19/09/2013	indeterminado
14	61643521	007/2013	Município de Linhares	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	22/05/2013	indeterminado
15	60134640	009/2013	Município de Cariacica	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	19/06/2013	indeterminado
16	64114503	011/2013	Município de Serra	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	17/12/2013	indeterminado
17	61707422	002/2014	Município de Itapemirim	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	30/06/2014	indeterminado

18	66960916	003/2014	Município de São Mateus	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	22/08/2014	indeterminado
19	67154930	004/2014	Município de Jaguaré	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	05/08/2014	indeterminado
20	67690890	005/2014	Município de Nova Venécia	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	02/10/2014	indeterminado
21	67754120	006/2014	Município de Atílio Vivacqua	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	09/10/2014	indeterminado
22	68297254	001/2015	Município de Barra de São Francisco	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	04/12/2015	indeterminado
23	72182296	001/2016	Município de Rio Bananal	Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.	-	03/08/2016	indeterminado
24	83804234	001/2018	Município de Castelo	Delegação de competência pelo IEMA ao MUNICÍPIO DE RIO BANANAL, para a realização de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos concedidos por deliberações do CONSEMA ou	-	04/12/2018	indeterminado

				CONREMA, e em consonância as legislações e diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental.			
25	84983108	001/2019	Município de Pinheiros	Delegação de competência para a realização de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos que não sejam de competência Municipal	-	04/05/2019	indeterminado
26	88195678	002/2019	Município de Vitória	Delegação de competência para a realização de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos que não sejam de competência Municipal	-	24/12/2019	indeterminado
CONVÊNIO DE CESSÃO DE SERVIDOR							
1	60823291	003/2013	Município de Conceição da Barra	Cessão do servidor integrante do quadro do CEDENTE, Sr. André Luiz Campos Tebaldi, ocupante do cargo de Agente Técnico - área agrícola e áreas afins, nº Funcional 2726602, para atuar junto ao CESSIONÁRIO, sem ônus para o CEDENTE, nos termos dos Decretos 2.286-R de 1º julho de 2009, publicado no D.O. em 03 de julho de 2009 e 4.339-N de 01 de outubro de 1998, publicado no D.O. de 02/10/98.	-	29/01/2013	31/12/2020
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA							
1	63301504	066/2013	Serviço de Apoio as Micro e Pequenas e Empresas do Estado do Espírito Santo - SEBRAE	Desenvolvimento, a implantação e a manutenção do Sistema de Informação e Inventário de Resíduos Sólidos do Espírito Santo no IEMA, o qual será utilizado para a rastreabilidade dos resíduos sólidos dos empreendimentos do Estado, conforme Projeto (Anexo I), especialmente elaborado, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.	-	29/11/2013	30/05/2020
2	67414397	002/2014	Associação Capixaba de Escalada - ACE	Estruturação e desenvolvimento planejado das atividades de uso público nas Unidades de Conservação Estaduais, especialmente as que possuam potencialidades para a prática de montanhismo em suas diversas modalidades.	-	18/11/2014	30/11/2019

3	71365818	001/2015	Mosteiro Zen Morro da Vargem - MZMV	Colaboração mútua entre as partes para a Gestão Ambiental da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Estadual Morro da Vargem e o apoio ao Programa de Educação Ambiental do Pólo de Educação Sustentável do Mosteiro Zen Morro da Vargem.	-	27/08/2015	26/08/2020
4	73373982	001/2017	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF	Colaboração mútua entre os partícipes para ampliação das ações conjuntas entre o IEMA e o IDAF, relacionadas à educação ambiental, fiscalização e proteção do meio ambiente, e gestão in loco pelo IEMA das Unidades de Conservação Monumento Natural Serra das Torres e Monumento Natural O Frade e A Freira.	-	27/06/2017	30/04/2021
5	80448305	002/2018	Município de Fundão / Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM	Colaboração mútua entre os partícipes para proteger a vegetação de restinga do balneário do Município de Fundão, por meio de cercamento de trechos da orla.	-	12/12/2018	31/07/2019
6	82241945	003/2018	Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo - IOPEs	Apoio técnico do IOPEs nas ações e processos referentes às obras, reformas e manutenções preventiva e corretiva do IEMA.	-	28/08/2018	31/08/2021
7	82285012	001/2019	WWF - Brasil	Adesão ao Projeto GEF Pró-espécies, conjugando os esforços institucionais de todos os entes envolvidos para a promoção de iniciativas cuja finalidade é o cumprimento dos principais objetivos do Projeto.	-	14/06/2019	31/08/2022
8	82647178	004/2018	Consórcio Público Rio Guandu	Implementação do licenciamento ambiental via Consórcio Público Rio Guandu, composto pelos Municípios de Baixo Guandu, Laranja da Terra, Conceição do Castelo e Brejetuba.	-	02/07/2019	01/07/2022
9	86913751	003/2019	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF.	Cooperação entre os partícipes visando o aumento da integração para otimização do atendimento ao público e acesso dos usuários em diversas regiões do Estado do Espírito Santo, por meio do recebimento de documentos direcionados ao IEMA pelos escritórios regionais e locais do IDAF.	-	21/12/2019	20/12/2024
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (CELEBRADO POR OUTROS ENTES - IEMA COMO PARTÍCIPE)							

1	-	026/2014	SEAMA, IEMA, AGERH e ESESP	Construção e execução de projetos de formação e qualificação profissional, inclusive formação <i>latu sensu</i> e <i>stricto sensu</i> , no âmbito Estadual, para atendimento a demandas municipais e estaduais, e projetos de pesquisa e estudos, desenvolvidos para atender a política Estadual, e Nacional, de Meio Ambiente.	-	19/09/2014	18/09/2019
2	75606143	016/2016	IBAMA, IEMA e IDAF	Gestão integrada dos Cadastros Técnicos Federal e Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, incluindo: os procedimentos para inscrição de pessoas físicas e jurídicas sujeitas a inscrição em ambos os Cadastros; o acesso, intercâmbio e gestão de informações relacionadas ao desenvolvimento dessas atividades; os procedimentos para recolhimento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA e da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado do Espírito Santo – TCFAES; além da prestação dos serviços de atendimento ao cidadão relacionados	-	21/11/2016	prazo indeterminado
3	77372603	001/2017	SEAMA, IEMA, AGERH e PRODEST	Colaboração mútua entre os partícipes para a implantação e gestão de sistema de processo administrativo eletrônico, compreendendo solução tecnológica de gestão integrada de documentos e processos, automatização e implantação de processos.	-	19/04/2017	18/04/2022
TERMO DE COMPROMISSO							

1	65064291	001/2014	Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes-SINDICOM; Sindicato Interestadual das Indústrias Misturadoras, Envasilhadoras de Produtos Derivados de Petróleo - SIMEPETRO; Sindicato Interestadual do Comércio de Lubrificantes - SINDILUB; Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado do Espírito Santo - SINDIPOSTOS e Sindicato Nacional do Comércio Transportador Revendedor Retalhista de Combustíveis – SINDTRR.	Buscar meios para atender, nos termos da legislação vigente, a obrigação de estruturar e implementar um sistema de logística reversa de embalagens plásticas usadas de óleos lubrificantes no Estado do Espírito Santo, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.	-	13/08/2014	12/08/2019
CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO - RANQAR							
1	74061135		Hospital Estadual Dório Silva	Concessão de uso pelo cedente ao concessionário (IEMA), de forma gratuita, da área medindo 13,5 m ² (treze e meio metros quadrados), situada na Av. Eudes Scherrer de Souza, s/nº, Parque Residencial Laranjeiras, Serra/ES, para implantação e monitoramento de Estações que integram a Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar na Região da Grande Vitória	-	30/12/2016	29/12/2021
2	74061135		Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Hotel Senac Ilha do Boi	Concessão de uso pelo cedente ao cessionário, de forma gratuita, da área medindo 1 m ² (um metro quadrado), situada na Rua Bráulio Macedo 417. Bairro Ilha do Boi – Vitória/ES, para implantação e monitoramento de jarros coletores de poeira da Rede Manual de Deposição de Poeira Sedimentável na Região da Grande Vitória.	-	30/12/2016	29/12/2021

3	74061135		ArcelorMittal Brasil S.A.	Concessão de uso, de forma gratuita, das áreas medindo 10 m ² (dez metros quadrados) e 30 m ² (trinta metros quadrados), localizadas na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, Carapina, Serra/ES.		22/08/2017	21/08/2022
4	74061135		Clube Ítalo Brasileiro do Espírito Santo	Concessão de uso, de forma gratuita, da área medindo 15 m ² (quinze metros quadrados), situada na Rua Renato Nascimento Carneiro.		10/07/2017	09/07/2022
5	74061135		Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo	Concessão de uso, de forma gratuita, da área medindo 18,5 m ² (dezoito e meio metros quadrados), situada no Quartel do Comando Geral CBMES, na Avenida Tenente Mário Francisco de Brito, nº 100, Enseada do Suá, Vitória/ES.		09/10/2017	08/10/2022
6	74061135		Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda do Espírito Santo	Concessão de uso, de forma gratuita, da área medindo 14,42 m ² (quatorze metros e quarenta e dois centímetros quadrados), situada na Rua Pietrângelo de Biase, 56, Estação de Monitoramento, Centro, Vitória/ES.		10/04/2018	09/04/2023
PROTOCOLO DE INTENÇÕES							
1	-		Município de Cachoeiro de Itapemirim; SINDIROCHAS - Sindicato de Rochas Ornamentais; e CETEMAG - Centro Tecnológico de Mármore e Granitos	Consolidar o Programa de Gestão Ambiental do Setor de Beneficiamento de Rochas Ornamentais.	-	21/12/2006	Indeterminado
2			Sindicato da Indústria da Construção Civil do ES; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas ES; Prefeitura Municipal de Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica	Conjugação de esforços para elaboração de políticas públicas comuns aos municípios de Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica para implementação de um Sistema de Gerenciamento Integrado e Participativo dos Resíduos da Construção Civil.	-	31/01/2007	Indeterminado

3	-	-	<p>Prefeituras de Afonso Cláudio, Água Doce do Norte, Águia Branca, Alegre, Alfredo Chaves, Anchieta, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Cachoeiro de Itapemirim, Conceição do Castelo, Divino São Lourenço, Ecoporanga, fundão, Governador Lindeberg, Itapemirim, Jaguaré, Jerônimo Monteiro, João Neiva, Marataízes, Marechal Floriano, Mimoso do Sul, Nova Venécia, Piúma, presidente Kennedy, Rio Bananal, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, São Gabriel da Palha, São Mateus, São Roque do Canaã, Serra. Venda Nova do Imigrante, Viana, Vila Velha e Vitória</p>	<p>Estabelecer condições para cooperação técnica e administrativa entre os promitentes, visando à execução do disposto em legislação que regulamenta os procedimentos de licenciamento de empreendimentos potencial ou efetivamente poluidores ou degradadores.</p>	-	31/01/2007	Indeterminado
---	---	---	---	---	---	------------	---------------

Fonte: IEMA/DAF/COCP.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS LEGAIS

Tabela 22 – Resumo dos instrumentos legais vigentes

Instrumento Legal	Quantidade
Termo de Fomento	2
Convênio de Repasse de Recursos	1
Convênio de Recebimento de Recursos	6
Convênio de Delegação de Competência	26
Convênio Cessão de Servidor	1
Termo de Cooperação Descentralização de Crédito	9
Contrato de Concessão de Uso	6
Termo de Compromisso	1
Acordo de Cooperação Técnica	12
Protocolo de Intenções	3
Total	67

Fonte: IEMA/DAF/COCP.

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

Esta coordenação tem como atribuições principais o subsídio às Diretorias do IEMA na formulação de políticas de desenvolvimento organizacional, relacionadas à gestão de pessoas. Elaborar relatórios gerenciais. É responsável pelas atividades relacionadas à gestão de pessoas e normas relacionadas à política de gestão de pessoas. Gere o pagamento, recrutamento e ingresso de pessoas, bem como as carreiras, cargos, salários, frequência, capacitações e desempenho funcional dos servidores. Coordena a elaboração de política institucional de capacitação interna e externa e promover outras formas de transferência de conhecimento. Também elabora ações relacionadas a promoção da qualidade de vida dos servidores. Para a cumprimento de suas atribuições, a coordenação conta com 08 servidores em seu quadro.

Ao longo do ano de 2019 desenvolveu algumas atividades de destaque, apresentadas abaixo.

CONTRATAÇÃO

O quadro de servidores contratados temporariamente, em consonância a Lei Complementar nº 809/2015 contabiliza o quantitativo de 33 (trinta e três) profissionais de nível superior, sendo 13 (treze) profissionais para atender demandas específicas e emergências advindas dos impactos de desastre ambiental decorrentes do rompimento de barragens e rejeitos de mineração de Fundão e de Santarém na Bacia do Rio Doce e 20 (vinte) profissionais para atender as atividades do setor de licenciamento, especialmente a demanda com previsão de implantação nas áreas de gás, petróleo e energia (linhas de transmissão, barragens), rodovias, saneamento e extração de minério para uso em obras de infraestruturas.

Para auxiliar as atividades administrativas contamos com 34 (trinta e quatro) profissionais de nível médio distribuídos em todas as unidades organizacionais do Instituto.

CICLO DE PROMOÇÃO

Com a Lei da Promoção, Lei Complementar Nº 683/2013, foram realizadas análise e validação da documentação dos servidores participantes do processo de promoção por seleção Ciclo 2018. Ao todo foram 38 servidores, sendo 27 no cargo de Agente de Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos, 03 no cargo de Analista de Suporte em Desenvolvimento Ambiental e Recursos, 03 no cargo de Técnico em Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos, 01 no cargo de Guarda Ambiental e 04 no cargo de Assistente de Unidade de Conservação.

Tabela 23 – Números de servidores promovidos em 2019 – Ciclo 2018

Cargo	Promovidos em 2019		
	Classe II	Classe III	Soma
Agente de Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos	16	11	27
Analista de Suporte em Desenvolvimento Ambiental e Recursos	03		03
Tecnólogo em Desenvolvimento Ambiental			
Técnico em Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos		03	03
Guarda Ambiental		01	01
Assistente de Unidade de Conservação		04	04
Total	19	19	38

Fonte: IEMA/DAF/Coordenação de Gestão de Pessoas.

PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA – VIVER BEM

O objetivo do Programa Viver Bem é promover um ambiente de trabalho saudável, implantar, implementar, orientar e coordenar ações voltadas à qualidade de vida no trabalho dos servidores, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados tendo em vista o atendimento ao cidadão. Foram realizadas 11(onze) ações do programa, sendo 02 (duas) voltadas para a saúde do trabalhador, e as outras distribuídas entre datas comemorativas, Semana do Meio Ambiente e Jogos dos Servidores.

PROJETO GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

O Projeto Gestão Estratégica de Pessoas foi instituído em agosto de 2019, com 03 objetivos principais:

- 🌀 Desenvolver e fortalecer a liderança;
- 🌀 Despertar o senso de pertencimento e;
- 🌀 Promover a integração e gerar engajamento e dos servidores do IEMA.

As ações do Projeto tiveram o intuito de resgatar a proposta de valor do Instituto para melhores resultados tanto na rotina de trabalho, quanto no campo de pessoas. Foram realizados 86 cursos, distribuídos nas trilhas de conhecimento conforme representadas na figura 06, representando um total de 294 servidores capacitados, destacando as competências de Liderança, Administrativas, Gestão e Inovação, Comunicação, Legislação, Tecnologia, Técnica e Idiomas. Algumas capacitações foram promovidas pela Escola de Serviço Público do Estado do Espírito Santo (ESESP), totalizando 78 cursos. As competências técnicas foram realizadas por Instituições como o IFES/ALEGRE, CEDEP – Ciclo de Saneamento, INCAPER.

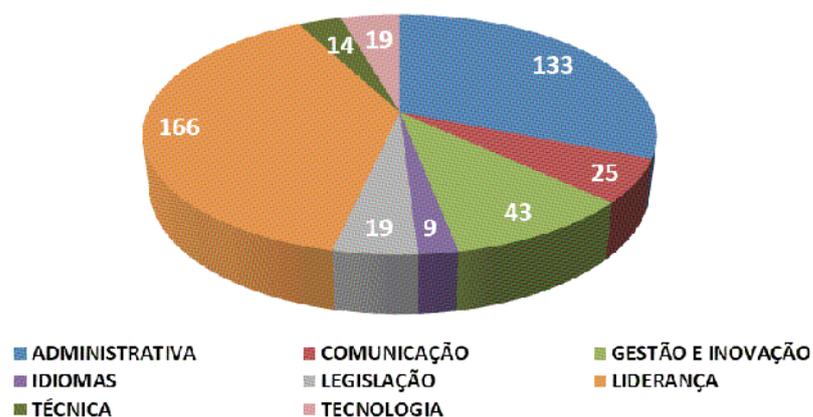


Figura 06. – Total de servidores capacitados na trilha de conhecimento – 2019.
 Fonte: IEMA/DAF/Coordenação de Gestão de Pessoas.

CUSTEIO DE PESSOAL

O IEMA encerrou o exercício de 2019 com o quantitativo de 364 pessoas na folha de pagamento, distribuídos em vínculos efetivo, comissionado, designação temporária e requisitado e estagiário conforme figura 07.



Figura 07. Distribuição de pessoal por categoria. Fonte: IEMA/DAF/Coordenação de Gestão de Pessoas.

No ano de 2019, o custeio de pessoal totalizou o valor de R\$21.321.449,10, distribuídos nos vínculos de efetivos, designação temporária, comissionados, estagiários e requisitados, destacando o valor representativo de 84% de servidores efetivos na folha de pagamento do IEMA, conforme demonstrado na figura 08.

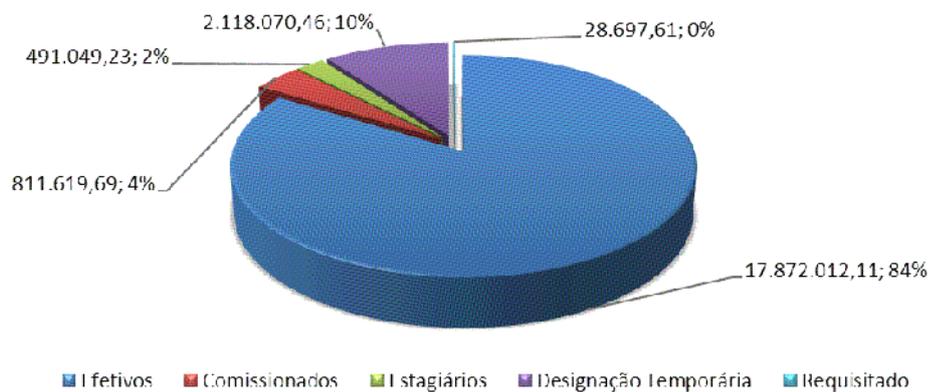


Figura 08. Distribuição do custeio de pessoal por categoria. Fonte: IEMA/DAF/Coordenação de Gestão de Pessoas.

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Esta coordenação tem como atribuições principais administrar, coordenar, avaliar e executar atividades da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) dos processos de negócio. Elabora projetos de implantação, racionalização e redesenho de processos, incluindo desenvolvimento e integração de sistemas. Elabora estratégias e procedimentos de segurança a níveis de dados, acessos, auditorias e continuidade dos serviços dos Sistemas de Informação; Controlar e monitorar todas as atividades de informática do IEMA, propondo e gerenciando todos os meios necessários para a atividade. Analisar, propor, gerir e controlar os equipamentos de informática, abrangendo aquisição e a atualização de hardware e software e o gerenciamento de redes, de bancos de dados e de outras ferramentas de processamento eletrônico de dados, subsidiando a formulação de políticas de informatização do IEMA; Analisar projetos, estudos e soluções de TIC com viabilidade de implantação na instituição; Manter o suporte técnico à operacionalização dos sistemas de informática. A coordenação conta com 06 servidores para a execução de suas atribuições diretas.

ACOMPANHAMENTOS

Tabela 24 – Resumo dos acompanhamentos de Tecnologia da Informação

Nº	Acompanhamento	Quantidade
1	Número de atendimentos de suporte ao uso da informática	3.227
2	Número de estações de trabalho	363
3	Número de auditorias com participação da área de informática	-
4	Número de sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	5
5	Número de sistemas em funcionamento	18
6	Número de sistemas desenvolvidos pela STI	4
7	Número de sistemas adquiridos de terceiros	1
8	Número de servidores com acesso à Internet	318

Fonte: IEMA/Tecnologia da Informação.

SISTEMAS

- ③ Estudo e suporte à implantação de Sistemas Finalísticos do IEMA
- ③ Implantação de Serviço de Emissão de Certidão Negativa de Débitos Ambientais
- ③ Implantação e gerenciamento de softwares de apoio a TIC
- ③ Especificação e desenvolvimento de Sistema para Automatização de Processos
- ③ Customizações nos sistemas de acessos e treinamento
- ③ Adequações do Portal de Meio Ambiente
- ③ Emissão de relatórios do Sistema de Gestão Ambiental Pela Informação (GAPI)

INFRAESTRUTURA

- ③ Levantamento e ajustes das GPO's não utilizadas;
- ③ Implantação dos novos equipamentos (ativos de rede) envolvendo rede cabeada e sem fios;
- ③ Configuração do proxy (PfSense) fornecido pelo Prodest em todos os equipamentos;
- ③ Revisão das políticas de sistemas;
- ③ Substituição do contrato de outsourcing de impressão;
- ③ Implantação do servidor de gerenciamento de impressões "PRINT27";
- ③ Instalação automática de filas de impressão via GPO's;
- ③ Implantação de funcionalidade "follow-me" nas impressoras distribuídas pelo IEMA, com liberação de impressões mediante login pelo usuário com perspectiva de economia de tempo do servidor e recurso;
- ③ Projeto de aquisição e implantação de cabeamento ótico interligando os prédios do IEMA à casa atualmente ocupada pelo CONSEMA;
- ③ Documentação dos ativos de rede do IEMA;
- ③ Aquisição e implantação de solução de VDI no IEMA;

AÇÕES DE ROTINA

- ③ Gestão de diversos contratos, como: prestação de serviços de internet; infraestrutura; outsourcing de impressão; garantia e suporte a equipamentos de informática; suporte a diversos softwares; contratação de empresas de desenvolvimento de sistemas e outros;
- ③ Suporte a todos os serviços e usuários/chamados de suporte de informática do IEMA ;
- ③ Suporte na montagem e remontagem dos setores nas mudanças ocorridas dentro do IEMA;
- ③ Gerenciamento do antivírus;
- ③ Gerenciamento da cota de uso da rede, geração e restauração de backups;
- ③ Gerenciamento das redes cabeada e wireless;
- ③ Gerenciamento da rede de acesso à Metro.ES e Rede.ES;
- ③ Implantação de novas versões de sistemas desenvolvidos pelo IEMA;
- ③ Instalação de atualizações e patches de segurança em servidores e estações;
- ③ Gerenciamento de DNS, ACLs do Firewall, Storage, cluster e roteador;
- ③ Gerenciamento dos sistemas de monitoramento de servidores e serviços;
- ③ Gerenciamento de servidores virtuais, físicos e demais hardware;

DIRETORIA TÉCNICA**LICENCIAMENTO**

O processo de licenciamento ambiental estadual considerado neste tópico é realizado por várias equipes e a descrição das atribuições de cada coordenação pode ser encontrada no decreto 4109-R de 2017. São setores englobados neste tópico:

- ③ Coordenação de Licenciamento Simplificado e Dispensa de Licenciamento (10 servidores);
- ③ Coordenação de Empreendimentos Diversos (17 servidores);
- ③ Coordenação de Empreendimentos Industriais, Energia e Obras Costeiras (24 servidores);
- ③ Coordenação de Mineração (23 servidores);
- ③ Coordenação de Parcelamento do Solo e Obras de Interesse Coletivo (12 servidores);
- ③ Coordenação de Resíduos Sólidos e Saneamento (12 servidores);

No ano de 2019, foram 1050 licenças emitidas pelo IEMA. O número de emissões teve aumento de 8% em relação ao ano anterior (Figura 09). Importante destacar que ao longo do ano, o número de municípios executando o licenciamento subiu consideravelmente, o que torna a diferença relativa entre 2018 e 2019 significativamente maior. Dentre as licenças de destaque, temos:

- ③ Na área hospitalar, regularização do Hospital Dr. Roberto Arnizaut Silveiras, Hospital Infantil e Maternidade Alzir Bernadino Alves – Himaba, Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim e Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim.
- ③ Na área portuária licenças para o Terminal Portuário do Espírito Santo, licença do pátio de estocagem e armazenamento de blocos de rochas ornamentais no Terminal Portuário Portocel.
- ③ Na área industrial licenças foram emitidas para o projeto de dessalinização da água do mar e a quarta bateria da empresa ArcelorMittal.
- ③ Na área de energia licença de instalação de importantes linhas de transmissão para gerar desenvolvimento melhorias na distribuição da energia no Espírito Santo.

Além disso, destacam-se a renovação da licença para as obras de implantação e pavimentação da Rodovia ES-181, entre Arraial do Café/Alegre e o entrocamento com a rodovia ES-484 em São José do Calçado, licença para implantação e pavimentação da rodovia ES-230 trecho entre Vila Valério – entroncamento BR-342 até o distrito de Fátima/Jaguaré, licença para pavimentação da rodovia ES-446, trecho Itaimbé a Colatina, licença para a reabilitação da Rodovia ES-297 – trecho de Bom Jesus do Norte até a BR 101, obras essenciais para potencializar o crescimento de regiões capixabas.

No licenciamento de Mineração podemos citar a licença para a empresa Vila Rica Mineração com a extração mineral em ambiente marinho, sendo uma possibilidade de utilização dessas jazidas na recuperação da orla da curva da Jurema e Praia de Camburi.

Destacamos as licenças que propiciaram melhores condições de vida aos cidadãos, uma vez que as obras de saneamento, quando bem executadas trazem inúmeros benefícios à saúde e meio ambiente, podemos citar a licença de macrodrenagem dos municípios de Cariacica e Vila Velha na região de Jardim de Alah, Macrodrenagem da bacia Hidrográfica do Córrego da Ribeira no município de Viana, Macrodrenagem Manhauçu e Ibapa / Nova Carapina II, Macrodrenagem da Bacia hidrográfica do Canal da Costa de Vila Velha, licença de operação da Estação de Tratamento de Esgoto Pinheiros e licença de ampliação da ETE de Manguinhos.



Figura 09. Comparativo do número de licenças emitidas entre 2018 e 2019.

Destaca-se ainda que no ano de 2019 foi realizada uma entrega de grande importância à sociedade capixaba: O Plano Estadual de Resíduos Sólidos, de responsabilidade da SEAMA, que contou com a equipe do IEMA como “pontos focais” na avaliação dos produtos entregues durante sua elaboração.

Ao longo do ano foram também emitidas licenças para atividades realizadas nas grandes “Centrais de Tratamento de Resíduos” do Estado, contribuindo com o saneamento ambiental básico do Estado e propiciando um meio ambiente mais saudável à população do estado.

GERÊNCIA DE RECURSOS NATURAIS

Esta gerência tem como atribuições principais planejar, gerir, implantar e executar ações relacionadas com a preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais, assim como desenvolver estudos e pesquisas ambientais, gerir e fiscalizar a fauna silvestre, implantar e gerir unidades de conservação, promover a recuperação ambiental de unidades de conservação; Promove eventos para a divulgar a importância da Mata Atlântica e da zona costeira junto às comunidades, bem como elabora estudos e efetiva compromissos relacionados à compensação ambiental.

Ainda tem no seu escopo de trabalho o gerenciamento costeiro integrado e a fiscalização do cumprimento de outras legislações ambientais correlatas. A gerência conta com 76 servidores (dentre estes 43 atuam na sede e os demais nas Unidades de Conservação) distribuídos entre 03 coordenações e uma comissão conforme abaixo.

COORDENAÇÃO DE GESTÃO E ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A Coordenação de Gestão e Estruturação de Unidades de Conservação passou por uma revisão da sua atuação no ano de 2019. Foi estabelecido como diretriz pela gestão 2019 - 2022, que além dos propósitos legais e ambientais que norteiam a gestão de áreas protegidas, principalmente as unidades de conservação, seriam também incorporadas no planejamento das ações um olhar mais crítico com as questões econômicas e sociais, dando um caráter para essas áreas de vetor de desenvolvimento territorial. Para tanto foram realizadas as seguintes ações estratégicas:

-  Incorporação do Projeto Sustentabilidade Integrada dos Parques Estaduais no Planejamento Estratégico do Governo 2019 - 2022 - Onde prevê um grande planejamento divididos em três etapas, sendo:

- 1ª Estruturação das Unidades de Conservação segundo a Legislação Pertinente (Estrutura Física, Instrumentos de Gestão e Regularização Fundiária);
- 2ª Realização de Planos de Sustentabilidade para Unidades de Conservação Estratégicas;
- 3ª Implementação de Planos de Sustentabilidade em Unidades de Conservação prioritárias.

Ainda cabe ressaltar que para este planejamento existe um orçamento previsto e aprovado, a ser executado ao longo do período, na ordem de 87 milhões de reais dentre recursos de compensações ambientais de empresas devido a sua atividade, além de orçamento do Estado.

- ③ Repactuação e aditamento do Termo de Compromisso Ambiental assinado junto ao Ministério Público Estadual em 2014, onde a revisão do escopo de trabalho e cronograma de execução foram detalhados em 16 termos de compromissos ambientais, dando uma maior efetividade nos seus acompanhamentos, assim como maior transparência dos compromissos assumidos junto ao Ministério Público Estadual e conseqüentemente à sociedade capixaba.

Além das ações supracitadas de caráter estratégico, também foram realizadas as seguintes ações de cunho operacional quanto às unidades de conservação:

- ③ Visitações em Unidades de Conservação - As visitas nas unidades de conservação que este tipo de uso é permitido, não apresentam um padrão durante os anos, sendo dependentes de fatores como economia e clima. Para o ano de 2019 os números de visitantes estão demonstrados na figura 10.

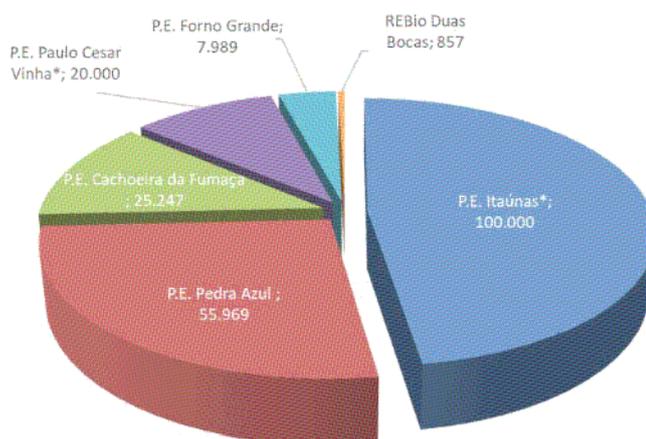


Figura 10. Numero de visitantes das Unidades de Conservação estaduais.

- ③ Parque Estadual de Itaúnas – aproximadamente 100.000 visitantes;
- ③ Parque Estadual Pedra Azul – 55.969 visitantes;
- ③ Parque Estadual Cachoeira da Fumaça – 25.247 visitantes;
- ③ Parque Estadual Paulo Cesar Vinha – aproximadamente 20.000 visitantes;
- ③ Parque Estadual Forno Grande – 7.989 visitantes;
- ③ Reserva Biológica Duas Bocas – 857 visitantes;
- ③ Autorizações e anuências em áreas de Unidades de Conservação ou em suas Zonas de Amortecimento - Qualquer atividade passiva de licenciamento ambiental ou que exista a

exigência legal de consulta às Unidades de Conservação quanto a sua implementação são avaliadas pela gestão das Unidades de Conservação quanto a sua viabilidade ou não frente aos objetivos da sua criação. Isso garantirá o desenvolvimento territorial mais sustentável, principalmente frente ao ativo natural que uma determinada Unidade de Conservação protege. Em 2019 foram emitidas 678 manifestações destas naturezas.

- 3 Autorizações de pesquisas em áreas de Unidades de Conservação – As pesquisas desenvolvidas em ambientes naturais, muito deles com alto grau de preservação, permitem um entendimento sobre o comportamento dos recursos naturais destes ambientes, dando suporte a gestão destas áreas no que tange a sua preservação e possível uso. Ainda vale ressaltar que tal atividade aproxima o setor de produção de conhecimentos como Universidades, Institutos de Pesquisas e Centros Tecnológicos das reais demandas de pesquisas para uma efetiva produção de conhecimento. Em 2019 foram iniciadas novas 13 novas pesquisas e dado a continuidade de acompanhamento em 25 pesquisas, totalizando 38 pesquisas em UCs (figura 11). Para o quadriênio 2020-2023 há previsão orçamentária para realização de ações de promoção e gestão de informações sobre as UCs (Figura 12).

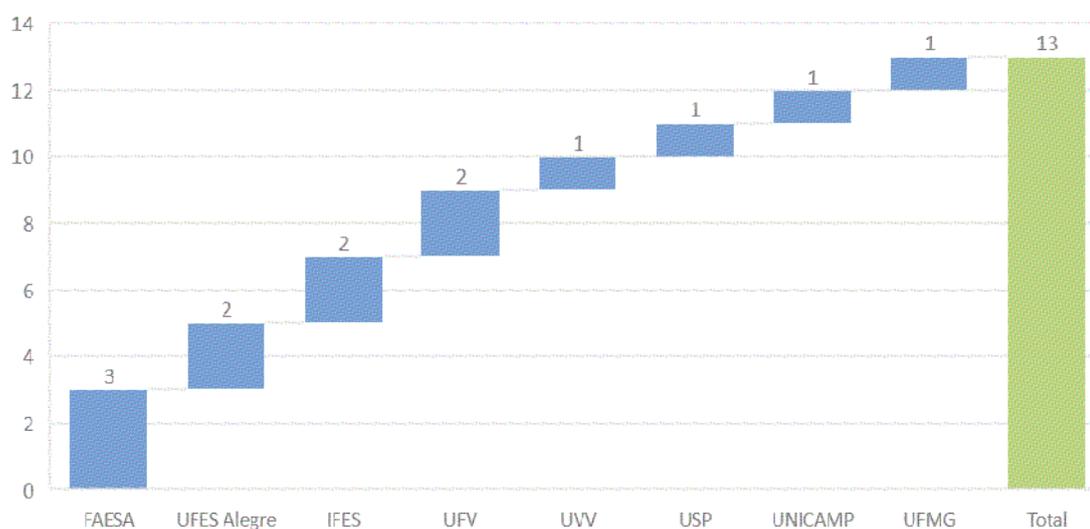


Figura 11. Número de autorizações de pesquisa em UCs por instituição. Fonte: GRN/IEMA

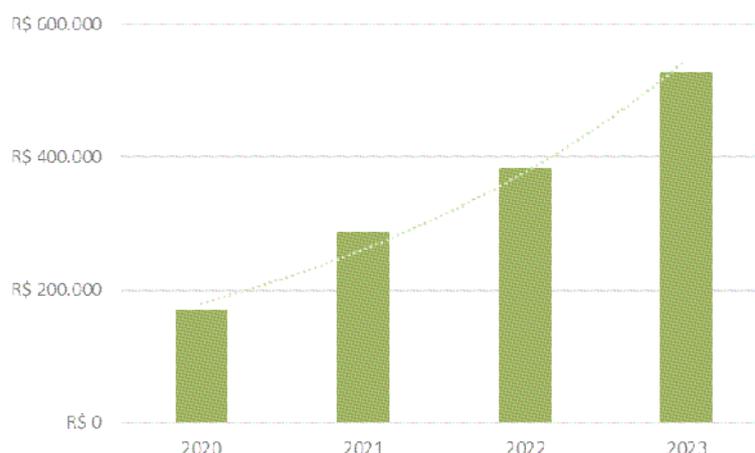


Figura 12. Orçamento previsto para promoção e gestão de informações ambientais em UCs estaduais. Fonte: PPA-IEMA, ação 2223.

- Outras realizações relevantes que ocorreram no ano de 2019:
 - Finalização da reforma da sede do Parque Estadual de Itaúnas o qual trouxe uma maior identidade da Unidade de Conservação frente e senso de pertencimento a coletividade local, uma vez que as estruturas renovadas contam com sala de vídeo, centro de visitantes e biblioteca;
 - Inserções de atividades de educação ambiental em diversas Unidades de Conservação em datas comemorativas, como Dia da Água, Dia do Meio Ambiente, Dia da Árvore dentre outras;
 - Manutenção do Programa Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais os quais registraram a atuação em 21 incêndios florestais em Unidades de Conservação;
 - Início das atividades do Projeto GEF Mar o qual prevê o investimento de 2 milhões de reais nos próximos 2 anos na Área de Proteção Ambiental de Setiba viabilizando que essa unidade de conservação se torne referência estadual em ecoturismo marinho e também na geração de valor ambiental, econômico e social à sociedade, mostrando na prática a importância da conservação do mar e o papel das áreas protegidas marinhas;
 - Apoio para realização do 1º Curso de Operações Táticas na Mata Atlântica (COTAMA/2019) na Reserva Biológica de Duas Bocas, visando preparar os profissionais que atuam no Policiamento Ostensivo Ambiental para situações como desmatamentos, queimadas, caça predatória, tráfico de fauna e subprodutos da flora.

Comemoração dos 35 anos do Parque Estadual Cachoeira da Fumaça. Essa unidade é referência na conservação da fauna e flora no Espírito Santo. O local serve como inspiração para trabalhos científicos, passeios ecológicos, escolares e turísticos, tendo como principal atrativo a Cachoeira da Fumaça. Na oportunidade foram realizadas uma oficina de fotografia, passeio com idosos do Lar Luíza de Marillac de Alegre e a exposição fotográfica "Cenários do Caparaó".

COORDENAÇÃO DE FAUNA

A Coordenação de Fauna vem nos últimos anos aumentando seu espectro de atuação e consolidando os procedimentos necessários para prover a devida gestão da fauna silvestre e exótica no estado do Espírito Santo. No Ano de 2019 um grande avanço no que tange essa agenda, foi à promulgação da lei estadual 936/19 de 30 de dezembro de 2019, que institui a **Política Estadual de Proteção a Fauna Silvestre**. Essa política se apresenta como uma importante ferramenta que atenderá às necessidades e carências dos órgãos executores, suprimindo a falta de instrumentação legal e necessária à realização de suas atividades cotidianas.

Além da promulgação da lei supracitada, que estrategicamente trará uma reformulação na atuação da Coordenação e na gestão de Fauna, também foram realizadas as seguintes ações de cunho operacional quanto a esta agenda:

- ③ Autorizações para manejo, soltura, transferência, transporte e guarda de animais - Estas autorizações são atos administrativos baseados em aspectos técnicos que buscam dar a devida gestão e proteção da fauna silvestre e exótica no estado do Espírito Santo. No ano de 2019 foram emitidas aproximadamente 130 autorizações para os fins supracitados;
- ③ Homologações de cadastro de criadores de passeriformes - Este cadastro que reconhece a regularidade de criadores de passeriformes, buscando desta forma prover informações para a devida gestão destes animais no Estado do Espírito Santo. No ano de 2019 foram homologados 1164 cadastros;
- ③ Autorização de torneios de canto e fibra de pássaros - Assim como o cadastro de criadores de passeriformes é uma ferramenta de gestão de fauna, as autorizações de torneio buscam controlar a devida exposição de pássaros, durante a realização de eventos de cantos. No ano de 2019 foram emitidas 160 autorizações para esta finalidade.

COORDENAÇÃO DE GERENCIAMENTO COSTEIRO E TERRITORIAL

A Coordenação de Gerenciamento Costeiro e Territorial no ano de 2019 teve uma atuação estratégica, principalmente no que tange a construção de conhecimentos e planos de ações capazes de apoiar a gestão costeira e territorial do Espírito Santo. Para tanto foram realizadas as seguintes ações:

- ③ Desenvolvimento do Projeto Orla - O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla é uma ação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, desenvolvido no Espírito Santo principalmente pela Secretaria do Patrimônio da União SPU, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA e Municípios os quais se dispõem em executá-lo. Suas ações buscam o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade. Segundo descrito no sitio eletrônico do Governo Federal seus objetivos estão baseados nas seguintes diretrizes:
 - ③ Fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço;
 - ③ Desenvolvimento de mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada;
 - ③ Valorização de ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos.

No ano de 2019 deu-se início a construção dos planejamentos necessários para gestão dos espaços litorâneos através do Projeto Orla de dois importantes Municípios do Espírito Santo, sendo Vitória e Vila Velha.

- ③ Projeto de Gerenciamento Costeiro - Ictiofauna - O IEMA de uma parceria com a FAPES e contratando a Universidade Federal do Espírito Santo, viabilizou o levantamento de dados na costa do Espírito Santo referente a ictiofauna recifal a fim de relacionar esses dados à dinâmica pesqueira e seu esforço sobre as espécies. Essas informações dão ao Estado a capacidade de realizar a gestão espacial dos recursos vivos marinhos por meio de um manejo baseado no ecossistema e seus usos;
- ③ Combate à mancha de óleo no litoral Capixaba - A equipe de Gestão Costeira compôs o Comitê de Crise representando tecnicamente o Sistema SEAMA/IEMA junto as Instituições Ambientais da União, Municípios e da Marinha do Brasil. Foi protagonizado por esta coordenação o papel

técnico de planejamento ao monitoramento, modelagens e segurança técnica para as tomadas de decisões administrativas e políticas quanto o desastre ambiental em questão;

- Realizações de mapeamentos de Restinga, Mangues e áreas úmidas do Estado, visando subsidiar o planejamento e ações ambientais.

COMISSÃO DE RECUPERAÇÃO DE ECOSISTEMAS

A Comissão de Recuperação de Ecossistemas foi criada com o objetivo principal de promover a restauração florestal nos diversos ecossistemas que constituem o Bioma Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo, em especial, aqueles localizados nas Unidades de Conservação geridas pelo IEMA. No ano de 2019 passou por uma revisão de atuação, onde além da efetiva promoção da restauração em Unidades de Conservação, onde atualmente acompanha aproximadamente 37 ha de restaurações em áreas estratégicas, gerando conhecimento para replicar em diferentes regiões do Estado, começou a desenvolver um planejamento para indução de pesquisas voltadas para assuntos de conservação da biodiversidade de fauna e flora no Espírito Santo. Para tanto, dentro do planejamento orçamentário do Estado 2020 - 2023, estão previstos a execução de 500 mil reais em pesquisas, as quais em parceria com a FAPES serão dispostas para o setor de pesquisa e extensão das universidades, institutos de pesquisas e centro tecnológicos.

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

Esta gerência tem como competências principais planejar, gerir, implantar e executar ações das atividades de monitoramento, fiscalização e controle de atividades licenciadas por outras Gerências. Emite uma variedade de documentos pertinentes às fiscalizações realizadas. Esta gerência atende à acidentes ambientais, dando ênfase aos acidentes nos portos e terminais marítimos bem como no transporte de cargas perigosas. Atua para impedir a degradação dos recursos naturais e na preservação da qualidade ambiental, por meio do atendimento à denúncias e fiscalização sistemática em todo o território estadual. A gerência conta com 12 profissionais, destes 07 são fiscais, para execução de suas atribuições.

Em 2019 a equipe realizou um total de 1373 fiscalizações, emitiu 639 documentos, entre autos, advertências e ofícios e lavrou 85 autos de multa. A figura 13 traz o comparativo das principais atividades da gerência referente aos anos de 2018 e 2019.

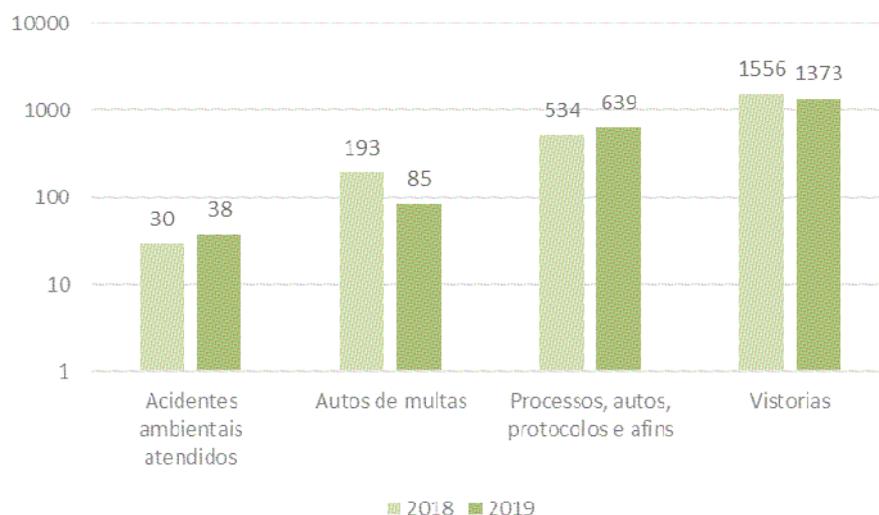


Figura 13. Comparativo dos números da GFI entre os anos de 2018 e 2019.

Uma das atividades da gerência é o atendimento à acidentes em todo o território capixaba. Estes envolveram modais e\ou ambientes rodoviários, ferroviários, marítimos e águas interiores, num total de 38 eventos.

GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Esta gerência tem como competências principais planejar, gerir, implantar e executar ações de educação ambiental não formal, incluindo a implementação e o gerenciamento do Programa Estadual de Educação Ambiental. Fomenta e fortalece a participação pública no processo de gestão ambiental e da mobilização social com o objetivo de promover a sustentabilidade, inclusive por meio de produção de material didático de apoio à educação ambiental, do oferecimento de cursos, palestras e formações para a sociedade com a temática ambiental. Também tem como atribuição a gestão da Educação Ambiental em todos os setores do órgão. A gerência com 14 servidores para a execução de suas atribuições diretas.

Dentre as ações realizadas pela gerência no ano de 2019, destaca-se o programa de educação ambiental *Trilha Cidadã*, que tem por foco a inclusão social e acessibilidade realizado nas Unidades de Conservação. O Trilha Cidadã está implantado no Parque Estadual Paulo César Vinha e no Parque Estadual Cachoeira da Fumaça, contando com 25 instituições cadastradas das áreas de Saúde (CAPS), Assistência Social (CRASS), Reabilitação (Clínicas e APAE), Asilos, Educação (Centro de Atenção ao Surdo - CAS), Instituto Braille entre outros.

Dentre os cadastramentos de instituições junto à gerência e ao IEMA realizados no ano, destaca-se o CREFES, que possibilitou o aumento de visitantes em cadeira de rodas no PEPCV.

No ano, foi dada atenção reforçada à **acessibilidade** nas Unidades de Conservação do Estado. Através de parcerias com FUNDEMA, CAS Vitória, CEFOR Vitória e Fonoteca Neotropical Jacques Vielarde - RJ, a GEA ampliou sua atuação entregando à 07 Unidades de Conservação geridas pelo Estado (PEPCV, PECF, PEI, PEMF, PEPAZ, REBIO e PEFG):

- 97 placas de sinalização acessíveis em braille e LIBRAS (Figura 14);
- 07 *tablets* contendo tecnologia para atendimento à pessoa cega e pessoa surda (Projetos Guia Sonoro e Janela Cidadã, respectivamente), disponibilizando à sociedade 64 áudios da fauna silvestre, 59 vídeos em LIBRAS sobre a fauna, flora, geografia, além da história de 07 regiões capixabas e seu entorno.

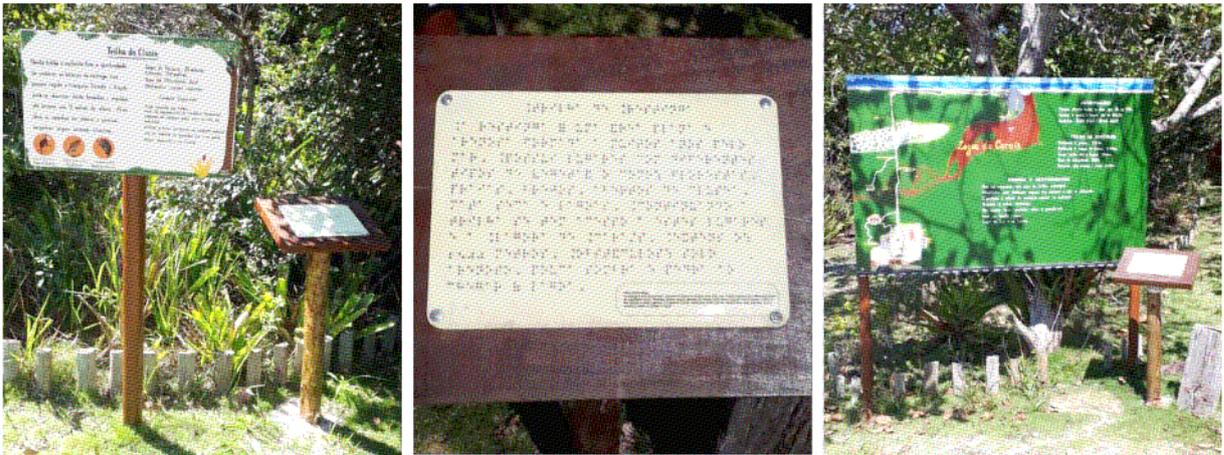


Figura 14. Placas de sinalização acessível no Parque Estadual Paulo César Vinha. Fotos: Administração PEPCV.

Concluiu parceria com o IASES, onde realizou treinamento dos profissionais da instituição, desenvolveu um protocolo de segurança inédito para o PEPCV e passou a fornecer atendimento (trilha interpretativa) mensal aos adolescentes internos (socioeducandos).

Por fim, a GEA iniciou processo-piloto de municipalização do Programa de Educação Ambiental com a Prefeitura Municipal de Atílio Vivacqua.

COORDENAÇÃO DE QUALIDADE DO AR, ÁREAS CONTAMINADAS E INFORMAÇÕES AMBIENTAIS (CQAI)

A Coordenação de Qualidade do Ar, Áreas Contaminadas e Informações Ambientais (CQAI) está diretamente vinculada à Diretoria Técnica do IEMA. Tem com atribuições principais planejar, organizar, supervisionar e orientar todas as atividades de ordem técnica e operacional que envolva a melhoria da qualidade ambiental do Estado, por meio do monitoramento da qualidade do ar, das partículas sedimentáveis e dos inventários de gases emitidos nas diferentes atividades econômicas, contribuindo na indicação de padrões da qualidade do ar e das emissões provindas de atividades poluidoras; Produzir, gerenciar e disseminar informações ambientais, aplicando, inclusive, ferramentas de geoprocessamento; Realizar análise de documentos e processos referentes ao gerenciamento de áreas contaminadas ou sob suspeita de contaminação; Apoiar tecnicamente todas as gerências sobre questões que envolvam qualidade do ar e controle de emissões atmosféricas, áreas contaminadas e informações ambientais de qualidade do ar, água, efluentes líquidos, resíduos sólidos e solo.

Dentre outras atribuições, a CQAI atua no planejamento, organização, orientação e supervisão de atividades técnicas e operacionais visando garantir a qualidade do ar no Estado do Espírito Santo, o Gerenciamento de Áreas Contaminadas e o Gestão de Informações Ambientais. A coordenação conta com 06 servidores e um empregado terceirizado para a execução de suas atribuições.

AÇÕES DE DESTAQUE

- ③ Publicação do Inventário de Fontes Atmosféricas da Região da Grande Vitória – Ano base 2015, disponível no site <https://iema.es.gov.br/qualidadedoar/inventariodefuentes>;
- ③ Operação e Manutenção da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar na Região da Grande Vitória, composta por 09 estações automáticas de qualidade do ar (RAMQAr) e 10 pontos de coleta manual de poeira sedimentável;
- ③ Acompanhamento dos contratos de operação da Rede de Monitoramento Automático da Qualidade do Ar (RAMQAr), cujo empresa executora é a ECOSOFT Serviços Ambientais, e da operação da Rede Manual de Monitoramento de Poeira Sedimentável, cuja empresa executora é a TOMASI Ambiental;
- ③ Acompanhamento da operação das redes de monitoramento da qualidade do ar impostas por meio de condicionantes ambientais às empresas SAMARCO S.A., rede de monitoramento localizada em Anchieta e Guarapari, e LINHARES GERAÇÃO S.A., rede de monitoramento localizada em Linhares;

- Publicação atualizada dos Relatórios Anuais de Qualidade do Ar no site <https://iema.es.gov.br/qualidadedoar/relatorios>. Abaixo (Figura 15), comparativo entre os índices de classificação boa do IQAR em 2018 e 2019.



Figura 15. Percentual de índices horários de qualidade do ar de classificação “BOA” em 2018 e 2019. (Fonte e detalhamento: <https://iema.es.gov.br/qualidadedoar/relatorios>).

- Sistematização da publicação na internet do Índice de Qualidade do Ar – IQAr (Figura 16) com disponibilização de valores horários através de ferramenta disponível no site www.iema.es.gov.br/qualidadedoar. Tal sistematização substitui a atualização manual dos dados de IQAR, onde era realizada a publicação de apenas um valor diário do IQAR;

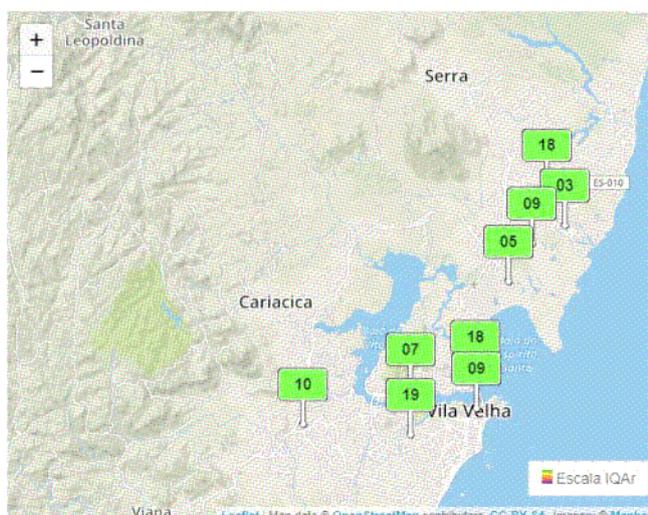


Figura 16. Recorte da página de Qualidade do Ar no sítio de internet do IEMA (<https://iema.es.gov.br/qualidadedoar/indicedequalidadedoar>)

- 3 Publicação de Procedimento Orientativo para licenciamento do gerenciamento de áreas contaminadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos no Espírito Santo. Este procedimento possibilitou a inserção dessas atividades no rol de atividades licenciadas pelo IEMA visando sua gestão ambiental. O procedimento está disponível no site <https://iema.es.gov.br/areas-contaminadas/procedimentos>. Consequentemente, ocorreu:
 - 3 Notificação de 71 (setenta e um) municípios do Espírito Santo para requerimento de licença ambiental para o gerenciamento de áreas contaminadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos;
 - 3 Emissão de 18 (dezoito) Autorizações Ambientais para o gerenciamento de áreas contaminadas por disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos.

GRUPO TÉCNICO DE ENFRENTAMENTO À CRISE AMBIENTAL DO DOCE - GTECAD

O GTECAD foi criado em novembro de 2015 para atuar no enfrentamento dos danos ambientais do rompimento da Barragem de Fundão – MG. Após a assinatura do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) pela SAMARCO, suas acionistas e diversos órgãos públicos federais e estaduais, o grupo passou a integrar de forma ativa 04 das 11 Câmaras Técnicas (CTs) existentes (Figura 17). Estas objetivam normatizar e orientar a recuperação ambiental decorrente do evento.

Atualmente, o grupo é constituído por 14 profissionais que se dividem entre as câmaras técnicas socioambientais e o núcleo gestor.

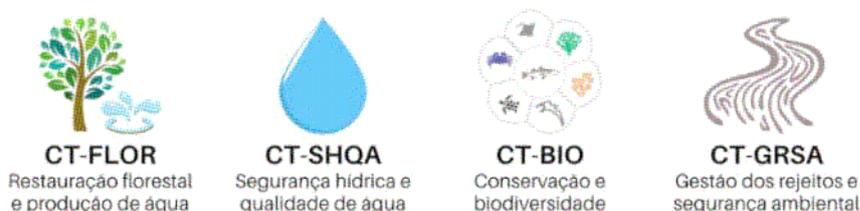


Figura 17. Câmaras Técnicas socioambientais definidas pelo TTAC.

Em conjunto com os demais integrantes dos CTs, o GTECAD teve como principais entregas do período de 2019:

CT-FLOR

- ③ Definição do escopo dos programas sob responsabilidade da CT-FLOR pelo Grupo Técnico (GT) Indicadores;
- ③ Mais de 400 propriedades inscritas no Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Recarga Hídrica com Controle de Processos erosivos;
- ③ Cerca de 1.000 hectares de Áreas de Proteção Permanente recuperadas e aproximadamente 1.100 nascentes cercadas;
- ③ Contratação da EMATER-MG para gerenciamento do processo de Cadastramento Ambiental Rural (CAR).

CT-SHQA

- ③ Parceria com o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) e com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) para gerenciamento dos recursos do Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos.

CT-BIO

- 3 Consolidação de relatórios do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I – Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira Adjacente, executado pela Rede Rio Doce Mar;
- 3 Entrega do relatório de mapeamento das espécies de peixes que tem o rio Doce como habitat pós desastre;
- 3 Aprovação do Plano de Trabalho de consolidação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz e do Parque Estadual do Rio Doce;

CT-GRSA

- 3 Estabelecidos os parâmetros, metodologia, critérios técnicos para início o plano de manejo de rejeitos dos trechos 15,16 e 17;
- 3 Aprovação de nova estrutura de atendimento da Defesa Civil de Linhares com estruturação e capacitação da equipe;
- 3 Alinhamento dos parâmetros de análise para o plano de manejo de rejeitos da região de marinha e costeira com os dados da Rede Rio Doce Mar;
- 3 Criação do GT Baixo Doce para acompanhamento dos diversos impactos na região deltaica e planície costeira no ES;
- 3 Aprovação da adequação da avaliação de risco à saúde humana para fins de gerenciamento de áreas contaminadas – Piloto do ES, Município de Areal/Linhares.

A figura 18 compila a produção documental das Câmaras Técnicas onde atua o GTECAD.

	Reuniões ordinárias	Reuniões extraordinárias	Reuniões GTs	Notas técnicas	Deliberações CIF
 CT-FLOP Floreza e Qualidade Ambiental	34	5	17	34	31
 CT-SIGA Segurança e Qualidade de Água	40	5	75	97	55
 CT-BIO Biodiversidade e Meio Ambiente	40	9	9	44	39
 CT-GRA Gestão de Resíduos e Ambiental	39	4	5	48	11

Figura 18. Produtividade documental das Câmaras Técnicas.

Informações adicionais sobre a produtividade do GTECAD podem ser encontradas na página de internet do IEMA em https://iema.es.gov.br/Media/iema/GTECAD/Relatorio%20de%204%20Anos_IEMA.pdf.

DIRETORIA PRESIDENTE**NÚCLEO DE APOIO ÀS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE**

O núcleo de Apoio às Políticas Municipais de Meio Ambiente (NAPMMA) tem como uma de suas principais atividades o auxílio aos municípios na construção do arcabouço legal para o licenciamento ambiental, a formação do Conselho de Meio Ambiente e a formação da equipe. Dentre outras atividades, o NAPMMA forma e capacita os técnicos dos municípios e dos consórcios para o licenciamento ambiental. Em 2019, o núcleo contava com 03 servidores para a execução de suas atribuições. Neste âmbito, no ano, o Núcleo executou treinamentos focados nas equipes municipais de licenciamento e fiscalização e para consórcios municipais de licenciamento.

No final do ano de 2018 apenas 49 municípios declaravam-se aptos e realizavam licenciamento ambiental. Já no fim do ano de 2019 o número total de municípios que se declararam aptos e passaram a realizar o licenciamento ambiental totalizou 62 municípios (figura 19).

Além do apoio institucional traduzido em capacitações, atendimentos, e apoio técnico, o Estado forneceu aos municípios capixabas equipamentos e veículos para a realização de suas atividades. Foram adquiridos veículos (dois para cada consórcio licenciador), notebooks e impressoras, distribuídas entre os consórcios e municípios licenciadores e em fase de habilitação como incentivo ao início do processo de municipalização da gestão. Além disso, em um workshop realizado no Sebrae com a presença dos Secretários de meio ambiente do ES, foi lançada uma cartilha sobre municipalização da gestão ambiental municipal no ES, resultante de um esforço conjunto entre IEMA e Sebrae.

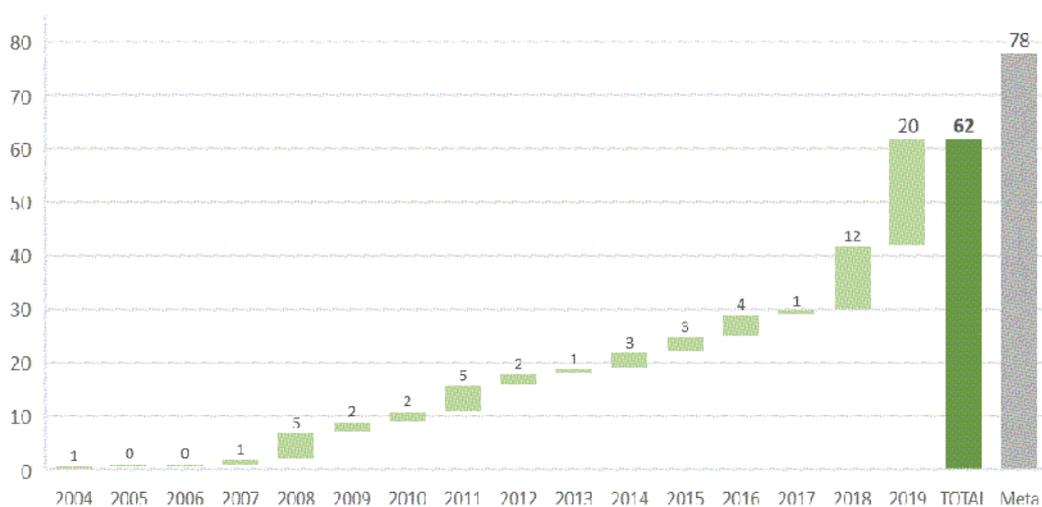


Figura 19. Número de municípios declarados aptos ao licenciamento segregados por ano.

ASSESSORIA DE DOCUMENTAÇÃO

A Assessoria de Documentação tem por finalidade a realização dos trabalhos administrativos necessários à execução do Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras e/ou Degradoras do Meio Ambiente – SILCAP, com gerenciamento das informações relacionadas ao licenciamento ambiental, emissão e tramitação de documentos relacionados a esses licenciamentos.

O setor também fornece orientação ao público externo por meio presencial, telefone e email, e promove o acompanhamento de vistas à processos e documentos administrativos. Esta assessoria conta com 09 servidores para a execução de suas atribuições.

Abaixo segue uma tabela resumo das principais emissões deste setor que subsidia áreas técnicas do IEMA.

Tabela 25. Quantidade de documentos emitidos em 2019 por tipo.

DOCUMENTOS EMITIDOS	QUANTITATIVO
Autos de Embargo/Interdição – AE/I	39
Autos de Demolição – AD	03
Autos de Intimação – AI	139
Autorização Ambiental – AA	22
Certidões de Tramitação de Processos	175
Decisões	666
Declarações de Dispensa por meio físico	26
Ofícios	4260
Termo de Compromisso Ambiental – TCA	54
Termo de Parcelamento de Multa – TPM	21
Certidão Negativa de Débitos Ambientais	2510
TOTAL	7915

ASSESSORIA JURÍDICA

A assessoria jurídica do Instituto Estadual do Meio Ambiente foi instituída pela Lei Complementar 248/02 e tem como principais atribuições a análise e emissão de pareceres para subsídio à respostas e tomadas de decisão do corpo técnico e gerencial. A assessoria conta hoje com 07 servidores e está subdividida em Consultoria Área Administrativa, Consultoria Área Técnica, Contencioso Judicial e Coordenação:

- ③ Consultoria Área Técnica – Licenciamento: Realiza análise e emite parecer nos processos de licenciamento ambiental, de fiscalização, recursos de multa, interdição, apreensão, participação em reuniões internas e externas, análise de minuta de atos normativos internos e externos;
- ③ Consultoria Área Administrativa – Contratos e convênios: Realiza análise e emissão de parecer em editais de licitação, minutas de contratos, participação em reuniões internas e externas, de forma concorrente com a PGE;
- ③ Contencioso Judicial: A representação judicial do IEMA com a propositura e defesa da Autarquia em juízo é exclusivamente realizada pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, por meio da Chefia Imediata que é ocupada por um Procurador do Estado;
- ③ Coordenação: Gestão interna de pessoal e material. Recebimento e distribuição de todos os processos judiciais e administrativos. Análise das manifestações jurídicas, por três advogados, e avocações pela Chefia Imediata da ASSJUR, que desde janeiro de 2019 é ocupada por um Procurador do Estado. Participação em reuniões externas e internas, como Comissão de Conversão de Multas, Programa IEMA mais legal, Debates da APP Urbana, entre outros. Responsável pela administração e funcionamento do setor.

MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIAS E PODER JUDICIÁRIO (MDP)

O MDP encontra-se na Assessoria Jurídica e está vinculado ao gabinete da Diretoria Presidente. Recebe e processa todas as solicitações protocoladas no IEMA, oriundas de órgãos externos: Poder Judiciário; Ministério Público; Defensoria Pública; Procuradoria Geral do Estado; Polícia Civil, Federal e Militar, Ambiental e outros (Figura 20).

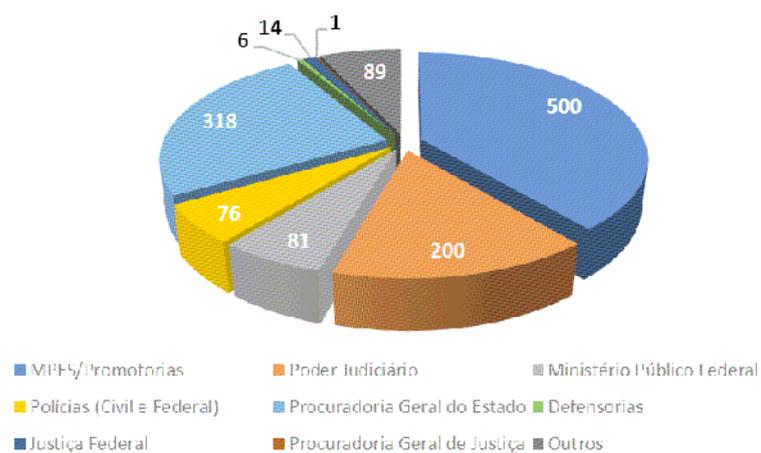


Figura 20. Protocolos realizados no MDP por origem. Fonte: MDP/IEMA.



IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

BR 262, Km 0, s/nº - Jardim América - CEP: 29140-130.

Cariacica, Espírito Santo.

Tel.: (27) 3636- 2508/3636-2604